

AVALIAÇÃO SOBRE A INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL, EM TRÊS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE PELOTAS

FRACINE MONKS FERNANDES¹; **ILIANE MÜLLER OTTO²**; **PATRICIA MENDES CALIXTO³**

¹*Instituto Federal Sul-rio-grandense – Câmpus Pelotas – francine_monks@hotmail.com*

²*Instituto Federal Sul-rio-grandense – Câmpus Pelotas - ilianeotto@hotmail.com*

³*Instituto Federal Sul-rio-grandense – Câmpus Charqueadas - patricia.tutoria@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A inserção da Educação Ambiental (EA) no cotidiano das pessoas pode ser realizada a partir de diferentes espaços de convivência e entre estes estão às instituições de ensino, pois nelas há o ambiente de diálogo, reflexão e formação dos indivíduos. A criação da Lei 9.394 fortaleceu a inclusão da EA nas salas de aula, ao estabelecer as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). Porém esta inserção nas instituições de ensino deve atentar a questões importantes definidas na legislação, como as formas de aplicação, formal ou não-formal e a questão da interdisciplinaridade.

No que tange a forma de aplicação, a educação formal é aquela que está inserida nos currículos das instituições de ensino em quanto a não-formal é focada a sensibilização e participação da sociedade (REIS, et al., 2012). Já referente a interdisciplinariedade, autores como PELEGRINI; VLACH (2011) e MARINHO (2004) destacam que este é um grande desafio para os professores, uma vez que há a necessidade de uma metodologia abrangente, que não exclua o conhecimento especializado, mas superando as fronteiras do saber fragmentado imposto (QUADROS, 2007). E com o intuito de nortear a inclusão da EA em sala de aula, surgiram as Diretrizes Curriculares Nacionais para EA, que estabelecem a priorização do desenvolvimento de projetos multidisciplinares e interdisciplinares e destacam a importância da inserção da temática ambiental nos projetos político-pedagógicos (BRASIL, 2012).

Com o exposto, é possível visualizar as barreiras e as propostas de auxílio para a efetivação da EA nas escolas, contudo PELEGRINI; VLACH (2011), afirmam que ainda existem falhas referentes a inclusão deste assunto no plano do ensino escolar, em nível fundamental e médio. E para SANTOS (2011) esse problema resulta em mínimas mudanças nas atitudes dos alunos. Sendo assim, a presente pesquisa objetiva avaliar o cumprimento do papel das escolas como instrumento legal do processo de efetivação da EA, bem como verificar se os alunos estão aplicando, em seus cotidianos, os conhecimentos relativos a EA recebidos tanto em caráter formal, quanto não-formal.

2. METODOLOGIA

A realização desta pesquisa foi dividida em cinco etapas. A primeira etapa, pesquisa bibliográfica, buscou por autores que abordassem a temática da EA em seus trabalhos, com ênfase na aplicação da EA de forma interdisciplinar em instituições de ensino. Com base nos dados da primeira etapa, iniciou-se a segunda, onde foram elaborados 03 questionários estruturados, que seriam aplicados a diferentes atores que compõem as instituições de ensino selecionadas.

A escolha das escolas caracterizou a terceira etapa, onde foram utilizados 3 critérios. Critério 1: diferentes sistemas administrativos, ou seja, uma escola municipal, uma estadual e outra privada, para que fosse possível identificar as

diferenças entre os resultados; Critério 2: todas as escolas deveriam possuir o 4º ano do ensino fundamental. Critério 3: todas as escolas deveriam estar localizadas no mesmo bairro.

Já a penúltima etapa consistiu na aplicação dos questionários, sendo o primeiro aplicado ao diretor de cada escola. O segundo questionário aplicado ao professor do 4º ano de cada escola. E o último queestionário, aplicado na turma de 4º ano de cada escola, totalizando, 62 alunos. A aplicação ocorreu no mês de novembro de 2015. Nos meses seguintes, foi executada a quinta etapa: tabulação e avaliação dos dados, realizada com o auxílio de uma planilha eletrônica.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir serão apresentados e discutidos os resultados para cada questionário aplicado e no final será realizada uma discussão geral. Salienta-se que a escola 1 pertence ao Estado, a escola 2 ao município e a 3 possui administração privada.

DIRETORES: De modo geral, os diretores compreendem o que é a EA, porém a resposta do diretor da escola 1, confunde-se com a definição de meio ambiente. As próximas perguntas são relacionadas com a presença e aplicação da EA nas escolas. A primeira dessas perguntas era sobre a inserção da EA no PPP da escola, conforme exigido nas Diretrizes Curriculares (BRASIL, 2012). A única que afirmou que a EA não consta em seu PPP foi a escola 3. Contudo nas perguntas seguintes, o diretor da escola 3, citou as disciplinas e os assuntos onde a EA estava inserida, ou seja, mesmo não estando no projeto político pedagógico, ocorre a inclusão da EA na escola.

Na sequência, todas as escolas afirmaram desenvolver a EA nas disciplinas relacionadas a áreas específicas, em especial, com geografia e ciências. Logo, não atendendo as exigências legais relativas a interdisciplinariedade. E quando questionados sobre os principais temas abordados dentro da EA, os diretores afirmaram que a questão dos resíduos é a mais abordada.

PROFESSORES: As respostas demostram que os professores possuem compreensão sobre o que é EA e a importância do seu ensino. E relativo ao modo como as ações voltadas a EA são abordadas em sala de aula, somente o professor da escola 1 citou de maneira mais diversificada as atividades desenvolvidas, o que demonstra a barreira da interdisciplinariedade (PELEGRIINI; VLACH, 2011), ressaltando a importância da formação continuada e do apoio aos professores. Todos os professores deram notas relativamente altas em relação ao interesse dos alunos com a EA, identificou-se a partir de então, um ponto prioritário para um programa de EA nas escolas avaliadas.

ALUNOS: Ao serem questionados sobre a sua percepção quanto à inclusão da EA em sala de aula, o resultado foi majoritariamente positivo para a escola municipal e privada, contudo, na escola estadual o resultado foi predominantemente negativo. Em relação a efetividade em suas residências de ações relacionadas a EA, os alunos foram questionados sobre resíduos sólidos e consumo de água. Quanto aos resíduos, em todas as escolas, a maioria afirmou realizar a separação dos resíduos, contudo quando questionados sobre as categorias, ocorreram muitos equívocos quanto o que era seco, úmido e rejeito. Atribui-se a esse resultado negativo, a falta de coleta seletiva no bairro onde estão localizadas as escolas e a necessidade de maior fomento nessas questões.

Nos questionamentos relacionados a água, o tempo de banho ficou entre 5 e 10 minutos para 53% dos alunos das 03 escolas. Porém, os alunos que utilizam mais que 30 minutos no banho são os da escola 3. E quando questionados sobre o

hábito de deixar a torneira aberta ao escovar os dentes, 78,6% dos educandos das três escolas afirmam não desperdiçar água enquanto realizam a higiene oral.

A presença e influência dos meios de comunicação no cotidiano dos alunos, também foram avaliadas, em especial se os mesmos afetam na prática de ações relacionadas a EA. Sendo questionados quais os meios de comunicação utilizados pelos alunos e na primeira e terceira escola o meio de comunicação mais utilizado pelos alunos é a televisão. Já na escola 2 as redes sociais são o meio de comunicação mais representativo com 29%. Também foi questionado se os alunos acreditavam aprender algo nos meios de comunicação, quase 100% dos alunos responderam sim. E a estes foi questionado o que aprendiam e as respostas foram variadas, contudo muitas delas foram relacionadas as questões ambientais, como fechar a torneira e não jogar lixo no chão.

ANÁLISE CONJUNTA: verificou-se que os diretores e professores necessitam executar ações mais concretas e planejadas em relação a inserção efetiva da, uma vez que a abordagem se limita a algumas áreas do conhecimento. A única direção que declarou que a EA não consta no Projeto Político Pedagógico (PPPs) foi a da escola 3, apesar de que, na mesma escola, os alunos apresentam respostas mais consistentes nas questões referentes a separação de resíduos, coleta seletiva, aprendizado através da mídia. Em todos esses questionamentos os resultados mais consistentes, após os da escola 3, foram da escola 1 e 2, respectivamente, sendo que os diretores destas duas escolas afirmaram ter em seus PPPs a EA.

Na escola 2, a direção afirma que a EA é trabalhada somente na área de humanas, porém a professora da mesma escola, descreve que a EA é trabalhada de maneira interdisciplinar, nota-se que as declarações além de não estarem alinhadas podem ser contestadas, uma vez que essa escola apresentou resultados inferiores quando comparada as demais escolas. O diretor da escola 1, sugeriu através de suas respostas distanciamento sobre as questões ligadas a EA, pois suas respostas foram amplas e sem definições e exemplos mais coerentes.

4. CONCLUSÕES

Com base nos resultados obtidos em todos os questionários, conclui-se que as escolas avaliadas não estão cumprindo a legislação quanto a abordagem da EA de maneira integral. É notório que as discussões em torno da problemática ambiental ainda necessitam de aprimoramento, no que tange a inserção da EA nos PPPs e efetivação da interdisciplinaridade, sendo preciso haver maior debate em sala de aula. Nota-se que há diferenças entre as escolas públicas, municipais e estaduais, e privadas, pois os alunos da escola privada responderam de forma mais consistentes a maioria dos questionamentos.

Dentre as públicas, a municipal apresentou melhor desempenho nas questões ambientais. Através das reflexões que o estudo trouxe para as escolas, buscou-se inspirar projetos futuros para a instituição, como a adoção de programas de educação ambiental, onde os alunos colocassem em prática os ensinamentos repassados. Portanto, os objetivos do presente estudo foram alcançados, ao verificar-se a participação dessas três escolas como instrumento legal de aplicação da EA e o conhecimento dos alunos a respeito do tema.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental [2012?].** Secretaria de Educação Continuada,

Alfabetização e Diversidade Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania, Coordenação-Geral de Educação Ambiental.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: **Diário Oficial da União**.

MARINHO, A. M. S.. **A educação ambiental e o desafio da interdisciplinaridade.** Belo Horizonte: PUC Minas, 2004. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2004.

PELEGRINI, D. F.; VLACH, V. R. F.. **As múltiplas dimensões da educação ambiental:** por uma ampliação da abordagem. Sociedade e Natureza, Uberlândia, V.23, n.02, p.1-10, Jul, 2011.

QUADROS, A.. **Educação ambiental:** iniciativas populares e cidadania. Santa Maria: UFSM, 2007. Monografia, Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

REIS, L. C. L.. **Conscientização Ambiental:** da Educação Formal a Não Formal.

SANTOS, Felipe Alan Souza. **Descrição e avaliação de um programa de ensino para a elaboração de projetos de Educação Ambiental com professores do município de Indiaroba/SE.** Sergipe: UFS, 2011. Dissertação, Universidade Federal de Sergipe, 2011.